

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Atividades das empresas do grupo

A controladora, bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) tem como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. em 10 de julho de 2008 adquiriu 99,95% do capital da Reserva de Incorporações Ltda., posteriormente alterada para Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda., destinada a construção de apartamentos para comercialização. Em 2009 a empresa iniciou as suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda foi constituída em 03 de setembro de 2008, sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda de 99,95% do capital. destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2012 a empresa estava sem operação.

Desde 1998, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

Em 2012 e 2011, a receita da controladora foi em sua maioria oriunda da recuperação de custos e despesas administrativas cobradas de sua controlada ATE. A partir do 2º trimestre de 2010, a companhia voltou a participar em licitações públicas para a realização de obras nas áreas federal, estadual e municipal, o que possibilitará aumentar as projeções de sua receita.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, em 6 de abril de 2005, juntamente com a Constran S/A – Construções e Comércio, constituíram consórcio, com participação de 50% (cinquenta por cento) cada, para realização de um projeto solicitado pela Companhia Vale do Rio Doce. O consórcio possui como objeto a prestação dos serviços de instalação do Mineroduto, entre os Municípios de Paragominas e Barcarena, ambos localizados no Estado do Pará - PA, envolvendo obras civis e montagem mecânica, pelas Consorciadas. A Constran S/A – Construções e Comércio foi definida como sendo líder desse consórcio.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, em 28 de dezembro de 2007, juntamente com a Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A., constituíram consórcio, com participação de 40% (quarenta por cento) para a Azevedo & Travassos e 60% (sessenta por cento) para a Mendes Junior, para realização de um projeto solicitado

pela Sinopec International Petroleum Service Corporation. O consórcio possui como objeto a construção do gasoduto Cacimbas-Catu, entre os Municípios de Itajuípe e Valença, ambos localizados no Estado da Bahia - BA, envolvendo obras civis e montagem mecânica, pelas Consorciadas. A Mendes Junior Trading e Engenharia S/A foi definida como sendo líder desse consórcio.

1.2 Estratégia operacional

A companhia tem como estratégia operacional a manutenção da sua lucratividade.

As principais medidas são:

- a) Com o equacionamento de seus débitos fiscais e a obtenção de toda documentação legal necessária, participar ativamente de licitações e a prestar serviços para órgãos públicos, mercado este onde a empresa tem grande tradição. Baseado na expectativa de mercado pretende-se inicialmente elevar o faturamento da empresa e seu resultado.
- b) Executar com resultado a prestação de serviços não oriundas de órgãos públicos direcionada desde 1998 para a ATE, onde pretende faturar no exercício de 2013 cerca de R\$ 300.000 , seguindo projeção baseada na carteira de obras contratadas e nas expectativas de novos contratos.
- c) Investir preferencialmente em treinamento de pessoal, buscando melhorar sua produtividade e rentabilidade.
- d) Continuar racionalizando a estrutura organizacional da companhia.
- e) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e consolidar seus débitos, pelos valores efetivamente devidos.
- f) Viabilizar a incorporação de projetos imobiliários em terrenos disponíveis (aproximadamente 100.000 m2) de sua propriedade, na cidade de São Paulo.
- g) A empresa possui quatro precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 5.229. É intenção da empresa, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas.
- h) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Consolidado**.

As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Controladora**.

As práticas financeiras adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- **Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos, até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, e incluem o valor das medições efetuadas no final do exercício assim como a evolução das obras, correspondentes aos serviços executados e não faturados até a data do balanço. E uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) pode ser reconhecida quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber.

- **Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

- **Estoque de Imóveis e Imóveis comercializados**

São avaliados ao custo de aquisição, ou valor de mercado, dos dois o menor e os imóveis comercializados ao valor de negociação a receber.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos.

- **Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas foram registrados pelo seu valor de aquisição e atualizado pelo método de equivalência patrimonial em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil.

- **Imobilizado**

Composto pelos bens tangíveis registrados ao custo de aquisição, líquidos da depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota 11.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são financeiros conseqüentemente transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

Nesses contratos os ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

- **Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment).**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

- **Imposto de renda e Contribuição social**

São computados em conformidade com as disposições da legislação tributária vigente. As alíquotas aplicáveis aos impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidas sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente

- **Provisões para contingências**

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas sempre que for avaliado como provável por seus assessores legais ou a melhores

estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

- **Receitas**

As receitas referentes aos contratos de construção em andamento são reconhecidos no resultado de acordo com as medições efetuadas mensalmente e conseqüentemente no exercício, e ou evolução das obras.

- **Destinação dos resultados e distribuição de lucros.**

A sua controlada destina seus resultados entre distribuição de lucros e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Com relação à remuneração aos acionistas, a sua controlada se utiliza da modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

- **Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação.

- **Demonstrações financeiras consolidadas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais em comum e os resultados intersociedades, realizados e não realizados até a data do balanço, após o efeito dos impostos.

As conciliações entre o lucro do exercício e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado não apresentam diferenças.

- **Reconhecimento das demonstrações contábeis dos Consórcios**

Estão registrados em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade definido no NPC17 emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e o novo pronunciamento contábil - CPC 17. (nota 20 a).

- **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte

das suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2012	Controladora		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
- Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	100,0% CDI	-	455	9.378	2.968
Banco Bradesco	CDB-DI	100,0% CDI	1.000	-	1.705	-
Banco Itaú	COMPROMISSADA					
	DI	102,4% CDI	1.627	2.379	1.627	4.601
Outros			-	-	4	540
			2.627	2.834	12.714	8.109
- Caixas e bancos			1.007	111	3.921	384
			3.634	2.945	16.635	8.493

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

5. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contas a receber	1.068	355	24.656	20.814
Serviços executados e não faturados	1.441	1.300	24.404	40.297
	2.509	1.655	49.060	61.111
Menos - parcela do circulante	2.509	1.655	49.060	60.782
Parcelas a longo prazo	-	-	-	329

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Estoques de material de construção e peças de manutenção	-	-	3.079	4.125
Material de revenda	-	-	4.354	700
	-	-	7.433	4.825

7. ESTOQUE DE IMÓVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Azevedo & Travassos S.A. (a)	6.322	6.307	6.322	6.307
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda.	-	-	731	182
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	-	-	1.240	1.199
	6.322	6.307	8.293	7.688
Menos - parcela do circulante	-	6.307	1.971	7.688
Parcelas a longo prazo (b)	6.322	-	6.322	-

(a) Foram transferidos do ativo imobilizado para o ativo circulante dois terrenos sendo um de 30.937,00 m2 (R\$ 2.580 em 31 de dezembro de 2012) e outro de 22.560,00 m2 (R\$ 3.742 em 31 de dezembro de 2012).

(b) Em virtude de venda não concretizada os valores foram transferidos para o Realizável a Longo Prazo.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas pagas antecipadamente	3	-	798	671
Impostos a recuperar (a)	646	684	2.039	856
Caução de aluguel	-	-	415	208
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	339
Conta corrente Consórcio (nota 20 a2)	-	-	429	393
Outras contas a receber	239	3	1.317	310
	<u>888</u>	<u>687</u>	<u>4.998</u>	<u>2.777</u>

(a) Parte do valor em 2012 de R\$ 2.039 (R\$ 856 em 2011) no consolidado trata-se de créditos de INSS, ICMS, COFINS e PIS.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A companhia mantém investimentos apenas na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
	99,95	99,95	45.077	43.601	1.476	4.122
Total			<u>45.077</u>	<u>43.601</u>	<u>1.476</u>	<u>4.122</u>

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto de 13.865.000 cotas em 2012 e 2011.

O patrimônio líquido da controlada é de R\$ 45.102 (R\$ 43.624 em 2011) e o seu lucro líquido do exercício é de R\$ 1.478 (R\$ 4.124 em 2011).

A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, mantém investimentos na Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda e Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda.

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda	99,95	99,95	3.293	3.256	37	2.973
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda	99,95	99,95	10	10	-	-
Total			<u>3.303</u>	<u>3.266</u>	<u>37</u>	<u>2.973</u>

	No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2012	2011	2012	2011
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda	3.285	3.247	37	2.974
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>3.295</u>	<u>3.257</u>	<u>37</u>	<u>2.974</u>

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Operações:				
- Receita bruta de serviços (a)	10.149	13.114	-	-
- Transferência de terreno (b)	-	-	2.550	2.550
- Juros S/ Capital distribuído (c)	-	-	2.040	1.906
- Juros S/ Capital a distribuir (c)	-	-	534	529

- (a) Em 2012 e 2011, as operações com a controladora Azevedo & Travassos S.A., foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos.
- (b) Em 13 de outubro de 2008 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda, um lote de 9.154m², por R\$ 1.500, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 30 de junho de 2013.

Em 02 de setembro de 2010 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda, um lote de 3.922m², por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 31 de dezembro de 2013.

(c) A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, conforme proposta da sua diretoria, registrou juros sobre o capital próprio em 2012 de R\$ 2.575 (R\$ 2.436 em 2011), valor líquido deduzido de 15% do IRRF dos juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2012 ficou saldo a pagar de R\$ 535, relativo ao 4º trimestre de 2012.

- Honorários dos administradores e benefícios a funcionários.

A companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações (conforme item 13.3 e 13.4 do formulário de referência).

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	Controladora			
		31/12/2012			31/12/2011
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	3.252	(1.122)	2.130	1.782
Máquinas e equipamentos	10	733	(477)	256	330
Outros	10	366	(171)	195	13
		4.351	(1.770)	2.581	2.125
Terrenos		866	-	866	845
Reavaliação de terrenos e edifícios		12.818	(386)	12.432	12.818
		18.035	(2.156)	15.879	15.788

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
		31/12/2012			31/12/2011
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	3.311	(1.157)	2.154	1.808
Máquinas e equipamentos	10	15.321	(7.020)	8.301	13.885
Veículos	10	13.334	(4.241)	9.093	7.342
Outros	10	6.805	(3.275)	3.530	3.267
		38.771	(15.693)	23.078	26.302
Terrenos		866	-	866	845
Reavaliação de terrenos e edifícios		12.818	(386)	12.432	12.818
		52.455	(16.079)	36.376	39.965

A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2012
Edifícios e benfeitorias	2.783	469	-	-	3.252
(-) Depreciação Acumulada	(1.001)	(121)	-	-	(1.122)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(403)	(73)	-	(1)	(477)
Outros	167	200	-	(1)	366
(-) Depreciação Acumulada	(154)	(19)	-	2	(171)
Terrenos	845	21	-	-	866
Reavaliação de terrenos e edifícios	12.818	-	-	-	12.818
(-) Depreciação Acumulada	-	(386)	-	-	(386)
	15.788	91	-	-	15.879

A mutação do saldo do imobilizado:

	Consolidado			
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências
Edifícios e benfeitorias	2.842	469	-	-
(-) Depreciação Acumulada	(1.034)	(123)	-	-
Máquinas e equipamentos	28.306	688	(7.359)	(6.314)
(-) Depreciação Acumulada	(14.421)	(1.789)	4.694	4.496
Veículos	10.533	3.021	(220)	-
(-) Depreciação Acumulada	(3.191)	(1.180)	130	-
Outros	6.236	1.028	(458)	(1)
(-) Depreciação Acumulada	(2.969)	(564)	258	-
Terrenos	845	21	-	-
Reavaliação de terrenos e edifícios	12.818	-	-	-
(-) Depreciação Acumulada	-	(386)	-	-
	<u>39.965</u>	<u>1.185</u>	<u>(2.955)</u>	<u>(1.819)</u>
				<u>36.376</u>

O valor de R\$ 1.819, no consolidado, refere-se a transferências para o ativo circulante das sondas de perfuração da ATE sediadas na base do Rio Grande do Norte, que estão sendo objeto de venda e leilão.

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciável (terrenos). Dessa forma, conservadoramente, reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1263/09.

A empresa tem imóveis no valor de R\$ 20.884, que foram avaliados por R\$ 58.825, através de laudo de avaliação feito por empresa especializada em 14 de fevereiro de 2013.

Custo Atribuído (deemed cost)

A companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme definido na interpretação técnica ICPC 10.

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	Consolidado		
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		Custo	Amortização	Líquido
Softwares	20	2.113	(1.277)	836
		<u>2.113</u>	<u>(1.277)</u>	<u>836</u>

Transferências**A mutação do saldo do intangível:**

	Consolidado			
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências
Softwares	1.653	462	(2)	-
(-) Amortização Acumulada	(1.009)	(270)	2	-
	<u>644</u>	<u>192</u>	<u>-</u>	<u>836</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Consolidado	
			31/12/2012	31/12/2011
. Capital de giro	0,90 a.m.	Janeiro de 2013 a Outubro de 2014	6.857	5.569
. Empréstimo Imobiliário (a)	8,30% a.a.	Final obra a Junho de 2015	6.125	4.250
. Finame	9% a.a.	Janeiro de 2013 a Junho de 2018	2.019	1.404
. Arrendamento mercantil	1,40% a.m.	Janeiro de 2013 a Setembro de 2016	4.334	4.045
			<u>19.335</u>	<u>15.268</u>
Menos - parcela do circulante (b)			<u>10.173</u>	<u>11.107</u>
Parcela a longo prazo			<u><u>9.162</u></u>	<u><u>4.161</u></u>

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores e alienação fiduciária dos bens.

- (a) Foi assinado em 24 de junho de 2010 e rerratificação em 09 de agosto de 2011 do contrato particular para construção empreendimento imobiliário denominado Condomínio Quinta do Bosque pela Azevedo & Travassos Desenvolvimento Projeto I Ltda e o Banco do Brasil S.A. Com garantia de hipoteca dos imóveis, fiança de diretor e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.
- (b) A variação no circulante de 31 de dezembro de 2011 para 31 de dezembro de 2012 se deve ao término do empreendimento e consolidação das parcelas do financiamento da ATDI-I com o Banco do Brasil.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – OUTROS IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Curto prazo				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros)	496	234	4.209	2.337
Parcelamentos (FGTS)	-	152	-	152
Parcelamentos (Lei 11.941) (a)	-	-	3.723	5.629
	<u>496</u>	<u>386</u>	<u>7.932</u>	<u>8.118</u>
Longo prazo				
Parcelamentos (Lei 11.941) (a)	-	-	3.730	7.105
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.730</u>	<u>7.105</u>
Composição do parcelamento (Lei 11941)	Ano		31/12/2012	
	2.013		3.725	
	2.014		658	
	2.015		658	
	2.016		658	
	2.017		658	
	2.018		658	
	2.019		438	
			<u>7.453</u>	
Menos -parcela do curto prazo			<u>(3.723)</u>	
Parcelas a longo prazo			<u>3.730</u>	

- (a) Em 04 de setembro de 2009, a companhia, aderiu ao programa de reparcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09 - Parcelamento Especial (NOVO REFIS), débitos do cofins e pis e migração de débitos já objeto de Parcelamento da Receita Federal e Parcelamento Especial-PAES INSS, de que trata a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, para essa nova modalidade. O saldo devedor do NOVO REFIS está sendo amortizado de acordo com a Lei 11.941/09, acrescido de atualização monetária. Em 10 de junho de 2011 foi objeto de consolidação pela Receita Federal.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Conta corrente Consórcio (nota 20.a1)	-	-	245	670
Seguros a pagar	-	-	780	653
Adiantamento de clientes (a)	-	-	61	4.369
Outras	156	183	242	179
	156	183	1.328	5.871
Menos – parcela do circulante	92	81	1.019	5.099
Parcelas a longo prazo	64	102	309	772

(a) Adiantamento recebido de clientes (Comgás e Eldorado Celulose) por previsão contratual.

16. PATRIMONIO LIQUIDO

Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está composto por 9.000.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, e 18.000.000 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações em 31 de dezembro de 2012 e dezembro de 2011. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

Em 29 de abril de 2011 foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária o desdobramento de ações ordinárias e preferenciais, na proporção de 1/1000 de forma que cada ação passará a ser representada por 1.000 (hum mil) ações.

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.301	6.393	6.208	7.647
ATDI I calculo pelo lucro presumido	-	-	(133)	(3.431)
Adições:				
- Provisão não dedutível	(447)	59	(947)	59
- Despesas indedutíveis	425	8	622	856
Exclusões:				
- Redução encargos Lei 11941-parcelamento	-	187	-	111
- Realização Provisão não dedutível ano anterior	-	-	-	(2.360)
- Equivalência	(1.476)	(4.122)	-	-
- Prejuízo Fiscal	(1.140)	(757)	(1.140)	(757)
Base de cálculo	2.663	1.768	4.610	2.125
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do adicional	(880)	(580)	(1.545)	(691)
Incentivo fiscal	34	13	61	256
Imposto de renda e contribuição social ATDI I (lucro presumido)	-	-	(96)	(457)
Outros	-	-	-	(306)
Prejuízo Fiscal -Lei 11941 (nota 20 e)	-	(121)	-	(121)
Prejuízo Fiscal -ativo fiscal diferido (nota 20 e)	4.490	2.400	4.490	2.400
Imposto de renda e contribuição social - corrente	3.644	1.712	2.910	1.081
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	(152)	(28)	(322)	(648)
	<u>3.492</u>	<u>1.684</u>	<u>2.588</u>	<u>433</u>

(a) Foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários e encargos	4.910	4.430	8.866	7.941
Serviços contratados de terceiros	299	304	3.051	2.860
Outros	776	709	2.404	2.518
Total	<u>5.985</u>	<u>5.443</u>	<u>14.321</u>	<u>13.319</u>

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conta corrente dos Consórcios

O saldo da conta corrente dos Consórcios (mencionado na notas explicativas 1.1) está demonstrado no passivo consolidado e está representado por transferência de numerários, fornecedores e reconhecimento da participação sobre o resultado apurado no consórcio.

a.1) Consórcio Constran – Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Mineroduto Paragominas (PA)

Em 31 de dezembro de 2012, o prejuízo acumulado do consórcio foi de R\$ 37.078 (R\$ 36.766 em 2011), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda nesse prejuízo equivalente R\$ 18.539 (R\$ 18.383 em 2011).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foram, também, objeto de revisão especial pelos auditores independentes até 31 de dezembro de 2006, sendo que para o exercício de 2007 a 2012 as movimentações foram consideradas imateriais e estão assim distribuídos:

- Apropriação das receitas e despesas do consórcio baseado no progresso físico da obra:

	2012		2011	
	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/12	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 50%	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/11	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 50%
Receitas	173.538	86.769	173.538	86.769
Despesas	210.616	105.308	210.304	105.152
Prejuízo do consórcio	(37.078)	(18.539)	(36.766)	(18.383)
Movimentação do conta corrente da Azevedo & Travassos Engenharia no Consórcio		18.294		17.713
Saldo da conta corrente Consórcio		(245)		(670)

a.2) Consórcio Mendes Júnior-Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Gasoduto Cacimbas - Catu (BA)

Em 31 de dezembro de 2012, o resultado apurado com base no balanço do consórcio e ajustado conforme determina a NPC 17 totalizou R\$ 20.910 (R\$ 20.222 em 2011), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., nesse lucro equivalente R\$ 8.364 (R\$ 8.089 em 2011).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes em 2008 e 2009. De 2010 a 2012 as movimentações foram consideradas imateriais e estão assim distribuídos:

- Apropriação das receitas e despesas do Consórcio baseado no progresso físico da obra:

	2012		2011	
	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/12	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 40%	Resultado do consórcio acumulado em 31/12/11	Participação da Azevedo & Travassos Engenharia 40%
Receitas	397.845	159.138	396.999	158.799
Despesas	376.935	150.774	376.777	150.710
Lucro do consórcio	20.910	8.364	20.222	8.089
Movimentação do conta corrente da Azevedo & Travassos Engenharia no Consórcio		(7.935)		(7.696)
Saldo da conta corrente Consórcio		429		393

b) REFIS Federal

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Passivo Circulante	176	238	176	238
Passivo Não Circulante	<u>46.251</u>	<u>46.765</u>	<u>46.251</u>	<u>46.765</u>
Total	<u>46.427</u>	<u>47.003</u>	<u>46.427</u>	<u>47.003</u>

I) A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

II) Pela Instrução Normativa da CVM nº. 346/00 a empresa optou por não registrar em 31 de dezembro de 2012 a dívida ao seu valor presente, calculado em cerca de R\$ 3.727 (R\$ 3.167 em 2011), utilizando as seguintes premissas:

- valor da receita bruta projetada para o exercício R\$ 17.093 corrente
- percentual de amortização da dívida: 1,2% da receita bruta
- valor da prestação: R\$ 205 ao ano
- valor atual da dívida registrada contabilmente: R\$ 46.427
- prazo estimado para amortização: 227 anos
- taxa média de retorno: 5,50% a.a.
- valor presente da dívida: R\$ 3.727

c) Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 20 de outubro de 2003 e em 29 de dezembro de 2004, a Empresa assinou dois Instrumentos Particulares de Promessa de Cessão e Transferência de Direitos Creditórios com a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. recebendo em transferência precatórios para liquidação de contas a receber de mútuo. Em 15 de dezembro de 2010 os precatórios foram transferidos novamente para a Azevedo & Travassos S.A., pelo valor do saldo contábil de R\$ 2.882, a título de distribuição de lucros. Em 31 de dezembro de 2012 foram atualizados apresentando um saldo de R\$ 5.229.

d) Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

Em 31 de dezembro de 2012, está provisionado o montante de R\$ 1.615 (R\$ 2.062 em 2011), e no consolidado R\$ 3.615 (R\$ 4.562 em 2011) o qual, conforme

a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

• **Controladora**

Processos					2012
Probabilidade de					Provisão
Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Contábil
Provável	1.595	-	-	1.595	1.595
Possível	40	-	-	40	20
Remota	21	7.197	-	7.218	-
Total	1.656	7.197	-	8.853	1.615

• **Consolidado**

Processos					2012
Probabilidade de					Provisão
Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Contábil
Provável	2.022	-	-	2.022	2.022
Possível	1.780	15	1.424	3.219	1.593
Remota	3.827	10.488	3.932	18.247	-
Total	7.629	10.503	5.356	23.488	3.615

• **Controladora**

Processos					2011
Probabilidade de					Provisão
Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Contábil
Provável	540	-	-	540	540
Possível	1.632	151	-	1.783	1.522
Remota	15	2.011	-	2.026	-
Total	2.187	2.162	-	4.349	2.062

• **Consolidado**

Processos					2011
Probabilidade de					Provisão
Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Contábil
Provável	1.755	5	-	1.760	1.760
Possível	3.497	1.685	1.864	7.046	2.802
Remota	2.789	2.418	2.605	7.812	-
Total	8.041	4.108	4.469	16.618	4.562

	Controladora			Consolidado		
	Movimento no			Movimento no		
	2012	exercício	2011	2012	exercício	2011
Trabalhista (a)	1.615	(296)	1.911	2.896	24	2.872
Fiscal	-	(151)	151	7	(1.683)	1.690
Cível	-	-	-	712	712	-
Total	1.615	(447)	2.062	3.615	(947)	4.562

- a) Refere-se a reclamações trabalhistas, onde os funcionários estão pleiteando horas extras, adicionais salariais dentre outras.

e) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social

	IRPJ	CSLL
Prejuízos fiscais IRPJ períodos de 2000 a 2008	36.673	-
Base negativa de CSLL períodos de 2000 a 2008	-	36.676
Total do prejuízo fiscal e base negativa	36.673	36.676
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (36.673 x 25%)	9.168	
Créditos base negativa de CSLL (36.676 x 9%)		3.301
Utilizado para quitação débitos fiscais lei nº 11941/09	(177)	(107)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2009	(60)	(21)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2010	(191)	(69)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2011	(189)	(68)
Utilizado parte IRPJ e CSLL período de 2012	(285)	(103)
Utilizado como Imposto Reserva de Reavaliação	(1.390)	(500)
Utilizado como Ativo Fiscal Diferido (a)	(3.677)	(1.323)
Total do ativo diferido não utilizado	3.199	1.110

Trata-se de prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social relativo aos períodos de 2000 a 2008 e estão sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

- a) Em virtude da companhia estar gerando resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, em 31 de dezembro de 2011 foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos, que correspondem a R\$ 2.400, trazidos a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia revisou a operação desse montante por meio de um estudo técnico de viabilidade, recomendando o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10

anos, que correspondem a R\$ 5.000, trazidos a valor presente, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração.

Esta revisão foi preparada seguindo as definições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998, que aprovou o pronunciamento específico emitido pelo IBRACON, bem como a Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 e Pronunciamento Técnico CPC 32.

Data base da Compensação	<u>Valor Original</u>	<u>Valor Presente</u>
2013	427	402
2014	469	421
2015	516	441
2016	568	462
2017	625	484
2018 a 2022	<u>4.196</u>	<u>2.790</u>
Total	<u><u>6.801</u></u>	<u><u>5.000</u></u>

f) Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2012 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotados pela empresa, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

g) Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2012 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 4.334 (R\$ 4.045 em 31 de dezembro de 2011), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal + encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 5.927(R\$ 5.726 em 2011), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

<u>Exercícios</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
2012		1.743
2013	2.104	1.433
2014	1.857	1.207
2015	1.480	990
2016	486	353
	<u>5.927</u>	<u>5.726</u>

h) Ações Judiciais Ativas

h.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

A companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação dos valores recolhidos a maior pela não exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS com valor estimado de R\$ 2.000.

A empresa obteve êxito na decisão de 1ª instância, e com isso o reconhecimento do seu direito creditório dos últimos 10 anos, bem como, os recolhimentos futuros com a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

h.2) Ação DER/SP

Na ação judicial ajuizada que foi julgada improcedente em primeira instância, os assessores jurídicos que patrocinam a demanda entendem que essa decisão é passível de reversão, ante a constatação de que o magistrado desconsiderou toda a instrução processual para negar os pleitos formulados.

Já foi apresentado recurso de apelação contra essa decisão, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O valor pericial do Assistente Técnico apresentado nos autos, apurou crédito em favor da ATSA no montante de R\$ 10.009, data base jan/2007.

h.3) Ação para exclusão de INSS.

A companhia vem pleiteando judicialmente a exclusão de INSS sobre verbas consideradas não salariais.

Nessas condições, obteve sentença parcial para afastar a incidência das contribuições previdenciárias, assegurando o direito de compensar os valores recolhidos desde 17 de dezembro de 2005.

h.4) Exclusão valores incluídos REFIS.

A companhia em 28 de maio de 2009, apresentou pedido de revisão dos débitos consolidados no REFIS, objetivando, a exclusão de valores indevidamente consolidados, no montante de R\$ 741, em 31 de dezembro de 2012.